

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Anexo III – Formulário: Avaliação da Atuação Legislativa

Q01. Atuação Parlamentar

2 itens de verificação · 69 itens de questionário

IV01. Regimento, Processo Legislativo e Governança Institucional

39 itens

Código	Item de Questionário	Requisitos de Atendimento	Opções de Resposta	Compõe Nota?	Dependência	Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita	Interlocutor
30614	A Câmara Municipal dispõe de Regimento Interno vigente, aprovado por ato normativo próprio e devidamente publicado em meio oficial?	– O Regimento Interno deve ter sido aprovado por resolução, decreto legislativo ou outro ato normativo próprio da Câmara Municipal, com identificação de numeração e data de aprovação. – O ato deve estar publicado em meio oficial, assim entendido o diário oficial do município ou da Câmara, o site institucional ou outro veículo definido em lei local como oficial.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	NÃO	-	-	Presidente da Câmara Municipal
30615	Anexe o regimento interno da Câmara Municipal.	-	ANEXO	NÃO	(30614 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
30616	Informe o endereço eletrônico (Link) que direcione exatamente à publicação do regimento interno da Câmara Municipal.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30614 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
30617	Constam no Regimento Interno os tipos de proposições legislativas admitidas (exemplo: projeto de lei, projeto de decreto legislativo, projeto de resolução, indicação, requerimento, moção)?	– O Regimento Interno deve conter capítulo, seção ou artigo específico que lista explicitamente os tipos de proposições legislativas admitidas. – Devem estar descritos, no mínimo: Projeto de Lei; Projeto de Decreto Legislativo; Projeto de Resolução; Indicação; Requerimento; Moção.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30614 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
30618	Informe o dispositivo do regimento interno que trata sobre os tipos de proposições legislativas admitidas.	Formatação: "Art. XX, § 1º, IV, do RI"	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30617 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
30619	No Regimento Interno são definidos prazos específicos para as etapas de tramitação das proposições legislativas, excetuando-se moções, homenagens e o ato de inclusão em pauta?	– O Regimento Interno deve conter dispositivos que estabeleçam prazos específicos para todas as etapas de tramitação. – Os prazos devem estar apresentados de forma clara, com indicação expressa de dias ou períodos definidos.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30614 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal

Código	Item de Questionário	Requisitos de Atendimento	Opções de Resposta	Compõe Nota?	Dependência	Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita	Interlocutor
30620	Informe o dispositivo do regimento interno que trata sobre os prazos para as etapas de tramitação das proposições legislativas.	Deve-se observar a seguinte formatação: "Art. XX, § 1º, IV, do RI"	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30619 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
30621	Consta no Regimento Interno a obrigatoriedade de utilização de sistema eletrônico de gerenciamento e registro dos atos legislativos?	– O Regimento Interno deve conter dispositivos que estabeleçam expressamente a obrigatoriedade de utilização de sistema eletrônico oficial para o gerenciamento e registro dos atos legislativos. – A identificação do sistema ou a definição de forma clara, que a tramitação, o registro e a publicidade dos atos legislativos devem ocorrer exclusivamente por meio eletrônico poderão estar disciplinados no RI ou em Ato normativo complementar.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30614 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
30622	A utilização do sistema eletrônico oficial de tramitação e gerenciamento dos atos legislativos está regulamentada em ato normativo?	– Deve existir ato normativo que identifique o sistema adotado e discipline, no mínimo, protocolo/tramitação, registro, publicidade, perfis de acesso e responsabilidades pela administração do sistema.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30614 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
30623	Informe o dispositivo do regimento interno que dispõe sobre a utilização de sistema eletrônico oficial de gerenciamento e registro dos atos legislativos.	Deve-se observar a seguinte formatação: "Art. XX, § 1º, IV, do RI"	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30622 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
30624	Consta no Regimento Interno a previsão de utilização de painel eletrônico de votação nas deliberações plenárias?	O RI deve prever expressamente a obrigatoriedade do painel eletrônico.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30614 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
30625	A utilização do painel eletrônico de votação está regulamentada quanto ao registro dos votos, identificação dos vereadores, apuração e preservação do resultado?	– Deve existir regulamentação no Regimento Interno ou em ato normativo complementar (ex.: resolução, portaria, ato da mesa). – A norma deve disciplinar os aspectos operacionais mínimos do painel e a forma de preservação do registro da votação.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30624 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
30626	Informe o dispositivo do regimento interno ou do ato normativo que dispõe sobre a utilização de painel eletrônico de votação.	Deve-se observar a seguinte formatação: "Art. XX, § 1º, IV, do RI"	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30624 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal

Código	Item de Questionário	Requisitos de Atendimento	Opções de Resposta	Compõe Nota?	Dependência	Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita	Interlocutor
30627	Consta em Regimento Interno a obrigatoriedade da transmissão das sessões da Câmara via internet em canal oficial da Câmara?	– O Regimento Interno deve conter dispositivos que estabeleçam expressamente a obrigatoriedade de transmissão das sessões via internet em canal oficial da instituição. – A obrigatoriedade deve estar descrita de forma clara, indicando que as transmissões devem ocorrer em plataforma digital mantida ou administrada pela própria Câmara.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30614 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
30628	Informe o dispositivo do regimento interno que dispõe sobre transmissão das sessões da Câmara via internet em canal oficial da Câmara.	Deve-se observar a seguinte formatação: "Art. XX, § 1º, IV, do RI"	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30627 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
30629	O Regimento Interno prevê a possibilidade de realização de sessões em formato híbrido, com participação presencial e remota dos vereadores?	– O Regimento Interno deve prever expressamente a possibilidade de sessão híbrida. – A previsão deve remeter a condições objetivas de admissibilidade e a procedimentos capazes de assegurar presença, identidade, manifestação e validade do voto.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30614 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
30630	Informe o dispositivo do Regimento Interno que dispõe sobre a possibilidade de realização de sessões em formato híbrido, com participação presencial e remota dos vereadores.	Deve-se observar a seguinte formatação: "Art. XX, § 1º, IV, do RI"	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30629 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
30631	A realização de sessões em formato híbrido está regulamentada quanto às condições, limites e forma de operacionalização da participação e do voto remoto?	– A regulamentação pode constar do próprio Regimento Interno ou de ato normativo complementar. – Deve disciplinar, no mínimo, registro de presença, identificação do parlamentar, forma de manifestação do voto, verificação de quórum e preservação do registro.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30629 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
30632	Informe o dispositivo do Regimento Interno ou do ato normativo que regulamenta as condições, limites e forma de operacionalização da participação e do voto remoto.	Deve-se observar, sempre que possível, a formatação: "Art. XX, § Xº, inciso X, do Ato/RI nº XX/XXXX".	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30631 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
30633	Constam no ato normativo os critérios objetivos para autorizar a participação remota do vereador em sessão híbrida?	– Devem estar previstas hipóteses ou situações objetivas que autorizem a participação remota, evitando decisão casuística sem parâmetro normativo.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30631 == "SIM")	NÃO	Presidente da Câmara Municipal
30634	Informe o dispositivo do Regimento Interno ou ato normativo que estabelece os critérios objetivos para participação remota nas sessões.	Deve-se observar, sempre que possível, a formatação: "Art. XX, § Xº, inciso X, do Ato/RI nº XX/XXXX".	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30633 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal

Código	Item de Questionário	Requisitos de Atendimento	Opções de Resposta	Compõe Nota?	Dependência	Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita	Interlocutor
30635	A Câmara Municipal regulamentou o registro e o acompanhamento da quantidade de proposições apresentadas pelos vereadores?	– Deve existir ato normativo próprio da Câmara Municipal, como resolução, ato da Mesa, portaria, instrução normativa ou dispositivo do Regimento Interno, que discipline o registro e o acompanhamento das proposições apresentadas pelos vereadores. – Deve existir registro sistemático da quantidade de proposições apresentadas, por vereador e por tipo de proposição.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
30636	Informe o dispositivo do ato normativo que trata sobre o controle do registro de quantidade por tipo de proposições apresentadas pelos vereadores.	Deve-se observar a seguinte formatação, "Art. XX, § 1º, IV, do Ato/Resolução nº XX/XXXX" ou "Art. XX, § 1º, IV, do RI".	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30635 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
30637	A Câmara Municipal regulamentou o processo de avaliação dos efeitos de leis por ela aprovadas, com vistas a apurar, a partir de amostra representativa, os benefícios esperados para o município e a população?	– Deve existir procedimento institucional, normativo ou formalizado, que permita selecionar leis para avaliação de efetividade. – A avaliação pode recair sobre amostra, desde que existam critérios objetivos de seleção, tais como relevância, impacto orçamentário, repercussão social ou alcance da política pública. – O procedimento deve prever registro dos resultados e sua publicidade. – Para essa finalidade não serão aceitos atos normativos que correspondam a títulos honoríficos, nomeação de logradouros, entre outros.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
30638	Informe o dispositivo do ato normativo que trata sobre o processo de avaliação das leis a fim de apuração dos benefícios esperados para o município e a população.	Deve-se observar a seguinte formatação, "Art. XX, § 1º, IV, do Ato/Resolução nº XX/XXXX" ou "Art. XX, § 1º, IV, do RI".	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30637 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
30639	A Câmara Municipal possui autorização ou previsão normativa para a realização de parcerias com outras instituições?	– Deve existir previsão no Regimento Interno, resolução ou outro ato normativo que autorize parcerias institucionais. – Podem ser abrangidas parcerias para estudos, pesquisa, capacitação, projetos de cidadania, cooperação técnica e outras iniciativas relacionadas às funções legislativas. – A mera cessão/licenciamento de software, sem cooperação institucional substantiva, não é suficiente, por si só, para caracterizar parceria voltada ao aprimoramento da atuação legislativa.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
30640	Informe o dispositivo do ato normativo que trata da autorização para realização de parcerias com outras instituições.	Deve-se observar a seguinte formatação, "Art. XX, § 1º, IV, do Ato/Resolução nº XX/XXXX" ou "Art. XX, § 1º, IV, do RI".	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30639 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal

Código	Item de Questionário	Requisitos de Atendimento	Opções de Resposta	Compõe Nota?	Dependência	Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita	Interlocutor
30641	A Câmara Municipal regulamentou o processo de elaboração do relatório anual das atividades legislativas?	– A Câmara Municipal deve possuir ato normativo, resolução ou regulamento interno que estabeleça procedimentos para a elaboração do relatório anual das atividades legislativas. – A regulamentação deve descrever, de forma clara, os conteúdos mínimos do relatório, como quantidade de proposições apresentadas, matérias apreciadas, atividades das comissões, ações administrativas e demais informações institucionais relevantes.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
30642	Informe o dispositivo do ato normativo que trata do processo de elaboração do relatório anual das atividades legislativas.	Deve-se observar a seguinte formatação, "Art. XX, § 1º, IV, do Ato/Resolução nº XX/XXXX" ou "Art. XX, § 1º, IV, do RI".	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30641 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
30643	A Câmara Municipal regulamentou a obrigatoriedade de o vereador apresentar justificativas formais e fundamentadas para ausência nas sessões?	– A Câmara Municipal deve possuir ato normativo, resolução ou regulamento interno que estabeleça a obrigatoriedade de o vereador apresentar justificativas formais e fundamentadas para suas ausências nas sessões plenárias. – A regulamentação deve descrever, de forma clara, os critérios de aceitação das justificativas, os prazos para apresentação, os responsáveis pela análise e os efeitos das ausências não justificadas.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
30644	Informe o dispositivo do ato normativo que trata da obrigatoriedade de o vereador apresentar justificativas formais e fundamentadas para ausência nas sessões.	Deve-se observar a seguinte formatação, "Art. XX, § 1º, IV, do Ato/Resolução nº XX/XXXX" ou "Art. XX, § 1º, IV, do RI".	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30643 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
30645	A Câmara Municipal regulamentou o processo de gravação e arquivamento digital das sessões legislativas?	– A Câmara Municipal deve possuir ato normativo, resolução ou regulamento interno que estabeleça procedimentos para a gravação e o arquivamento digital das sessões legislativas. – A regulamentação deve descrever os formatos, os prazos de guarda, as responsabilidades e os meios de disponibilização ou acesso às gravações.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
30646	Informe o dispositivo do ato normativo que trata sobre o processo de gravação e arquivamento digital das sessões legislativas.	Deve-se observar a seguinte formatação, "Art. XX, § 1º, IV, do Ato/Resolução nº XX/XXXX" ou "Art. XX, § 1º, IV, do RI".	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30645 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
30647	A Câmara possui ato normativo que defina competências e procedimentos para prevenção e apuração de infrações éticas e de decoro parlamentar?	– A regulamentação deve definir recebimento e análise de representações, instrução, contraditório, reuniões, manifestações e encaminhamentos, conforme aplicável.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Responsável pela Procuradoria Jurídica da Câmara

Código	Item de Questionário	Requisitos de Atendimento	Opções de Resposta	Compõe Nota?	Dependência	Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita	Interlocutor
30648	Informe o(s) dispositivo(s) do ato normativo que definem as competências e os processos de trabalho referentes à prevenção e apuração de infrações éticas e de decoro parlamentar.	Deve-se observar a seguinte formatação, "Art. XX, § 1º, IV, do Ato/Resolução nº XX/XXXX" ou "Art. XX, § 1º, IV, do RI".	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30647 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Responsável pela Procuradoria Jurídica da Câmara
30649	O ato normativo aplicável define competência para receber, analisar e deliberar sobre representações relacionadas ao decoro parlamentar?	– Deve existir competência normativa expressa. – A atribuição pode constar do Regimento Interno, Código de Ética ou ato equivalente. – A norma deve permitir identificar quem pode apresentar representação e quais providências iniciais competem à comissão.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30647 == "SIM")	NÃO	Responsável pela Procuradoria Jurídica da Câmara
30650	Informe o(s) dispositivo(s) do Regimento Interno, Código de Ética ou ato normativo que atribuem à comissão competência para receber, analisar e deliberar sobre representações relacionadas ao decoro parlamentar.	Deve-se observar a seguinte formatação, "Art. XX, § 1º, IV, do Ato/Resolução nº XX/XXXX" ou "Art. XX, § 1º, IV, do RI".	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30649 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Responsável pela Procuradoria Jurídica da Câmara
30651	Quando houve representação, denúncia ou notícia de possível infração ética no ano de referência, a Câmara registrou seu recebimento e adotou providências de análise ou encaminhamento?	– Deve existir registro formal do recebimento. – Deve ser possível identificar a providência adotada, preservadas as informações legalmente protegidas. – A resposta "Não se aplica" será admitida quando não houver representação, denúncia ou notícia de possível infração ética no período, mediante registro dessa inexistência.	SIM/NÃO/NÃO SE APLICA (COMBO BOX)	SIM	-	-	Responsável pela Procuradoria Jurídica da Câmara
30652	Anexe os registros de recebimento, análise ou encaminhamento de representações, denúncias ou notícias relacionadas à ética parlamentar. Caso não tenham existido ocorrências no período, apresente declaração ou registro oficial dessa inexistência.	-	ANEXO	NÃO	(30651 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Responsável pela Procuradoria Jurídica da Câmara

IV02. Controle de Qualidade e Resultados da Função Legislativa

30 itens

Código	Item de Questionário	Requisitos de Atendimento	Opções de Resposta	Compõe Nota?	Dependência	Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita	Interlocutor
30653	A Câmara possui o registro de acompanhamento da quantidade de proposições apresentadas pelos vereadores?	– A Câmara Municipal deve possuir registro de acompanhamento da quantidade de proposições apresentadas pelos vereadores. – O controle deve registrar, de forma sistemática, a quantidade de proposições apresentadas e aprovadas por vereador, discriminadas por tipo (projeto de lei, requerimento, indicação, moção, entre outras).	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
30654	Anexe relatório que evidencie o controle de produtividade legislativa, por vereador, com o registro da quantidade por tipo de proposições apresentadas e aprovadas.	-	ANEXO	NÃO	(30653 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
30655	A Câmara Municipal realizou, no ano de referência, pesquisa de satisfação junto à população sobre a atuação legislativa?	– A Câmara Municipal deve possuir registro formal que comprove a realização, no ano de referência, de pesquisa junto à população sobre os serviços legislativos. – A pesquisa deve ter sido efetivamente aplicada no período avaliado, por meio de formulário eletrônico, entrevistas, questionário físico, plataforma digital ou outro método identificável. – Devem existir documentos ou registros que demonstrem a execução da pesquisa: relatório de resultados, publicação no site, arquivo de respostas.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
30656	Anexe relatório ou outro documento que evidencie pesquisa junto à população sobre a atuação legislativa.	-	ANEXO	NÃO	(30655 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
30657	A Câmara Municipal avaliou, no ano de referência, a efetividade de ao menos uma lei de maior relevância por ela aprovada, verificando se os benefícios/resultados esperados foram efetivamente alcançados?	– A Câmara Municipal deve possuir registro formal que comprove a realização, no ano de referência, de ao menos uma avaliação dos benefícios alcançados por leis aprovadas no ano de referência ou exercício imediatamente anterior. – A avaliação deve estar documentada em relatório, parecer, estudo técnico, ata de reunião de comissão ou outro instrumento que descreva, de forma clara, os resultados observados, os indicadores utilizados ou os impactos identificados.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
30658	Anexe documento que evidencie ao menos uma avaliação dos benefícios alcançados por leis aprovadas no ano de referência ou exercício imediatamente anterior.	-	ANEXO	NÃO	(30657 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal

Código	Item de Questionário	Requisitos de Atendimento	Opções de Resposta	Compõe Nota?	Dependência	Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita	Interlocutor
30659	A Câmara Municipal realizou, no ano de referência, processo formal de avaliação da qualidade da legislação produzida, considerando aspectos como clareza, coerência e aplicabilidade das leis?	– A Câmara Municipal deve possuir registro formal que comprove a realização, no ano de referência, de processo de avaliação da qualidade da legislação produzida, com destaque para a observância da Lei Complementar n.º 95/1998 e Decreto nº 12.002/2024. – A avaliação deve estar documentada em relatório, parecer, estudo técnico, ata de comissão ou outro instrumento que descreva, de forma clara, os critérios utilizados, a metodologia aplicada, o universo ou amostra de normas analisadas e os resultados obtidos. – A seleção da amostra deve observar critérios minimamente justificáveis e não pode limitar-se à norma meramente honorífica ou de denominação sem relevância material.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
30660	Anexe documentos que evidenciem, no ano de referência, a realização de processo formal de avaliação da qualidade da legislação produzida, considerando clareza, coerência e aplicabilidade das leis.	-	ANEXO	NÃO	(30659 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
30661	A Câmara Municipal realizou, no ano de referência, estudo sobre a necessidade de revogação, alteração, consolidação ou atualização de normas municipais vigentes?	– Deve existir estudo, relatório, parecer ou ata de comissão que identifique o conjunto/amostra analisada, critérios utilizados e conclusão sobre manutenção, alteração, consolidação ou revogação. – A análise deve considerar coerência normativa, atualização, aplicabilidade e eventuais conflitos ou sobreposições.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
30662	Anexe o estudo, relatório, parecer ou ata de comissão que trata da necessidade de revogação, alteração, consolidação ou atualização de normas municipais vigentes, produzido no ano de referência.	-	ANEXO	NÃO	(30661 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal

Código	Item de Questionário	Requisitos de Atendimento	Opções de Resposta	Compõe Nota?	Dependência	Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita	Interlocutor
30663	A Câmara Municipal realizou ou manteve, no ano de referência, parceria com outras instituições (ex.: universidades, órgãos de controle, outras Câmaras) para contribuir com a qualidade de sua atuação legislativa?	– A Câmara Municipal deve possuir registro formal que comprove a realização ou manutenção, no ano de referência, de ao menos uma parceria com outras instituições, como universidades, órgãos de controle, outras câmaras municipais ou entidades afins, com o objetivo de contribuir com a qualidade de sua atuação legislativa. – A parceria deve estar documentada por meio de acordo, convênio, termo de cooperação, ofício, ata, relatório de atividade conjunta ou outro instrumento que descreva, de forma clara, a finalidade da cooperação e as ações realizadas.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
30664	Anexe documentos que evidenciem, no ano de referência, a realização de parceria com outras instituições para aprimorar a qualidade de sua atuação legislativa.	-	ANEXO	NÃO	(30663 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
30665	A Câmara Municipal realizou ou manteve, no ano de referência, parceria com instituições de ensino para realização de visitas educativas, com o objetivo de dar conhecimento a estudantes quanto à atuação da Câmara?	– A Câmara Municipal deve possuir registro formal que comprove a realização, no ano de referência, de ao menos uma parceria com instituição de ensino (escola, universidade ou entidade afim) voltada à recepção de estudantes para conhecimento da atuação legislativa (ex.: visitas guiadas, programas de "Câmara Mirim/Jovem", aulas institucionais).	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
30666	Anexe documentos que evidenciem, no ano de referência, a realização de parceria com outras instituições de ensino para realização de visitas educativas, com o objetivo de dar conhecimento a estudantes quanto à atuação da Câmara.	-	ANEXO	NÃO	(30665 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
30667	A Câmara Municipal realizou ou manteve, no ano de referência, parceria com instituições de ensino que auxiliem no estudo de matérias específicas das comissões permanentes ou temporárias?	A Câmara Municipal deve possuir registro formal que comprove parceria, convênio ou termo de cooperação com instituição de ensino (universidade, instituto técnico ou entidade afim) para apoio técnico-acadêmico ao estudo de matérias específicas em tramitação nas comissões (ex.: pareceres técnicos, estudos de impacto, assessoria especializada).	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
30668	Anexe documentos que evidenciem, no ano de referência, a realização de parceria com outras instituições de ensino que auxiliem no estudo de matérias específicas das comissões permanentes ou temporárias.	-	ANEXO	NÃO	(30667 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal

Código	Item de Questionário	Requisitos de Atendimento	Opções de Resposta	Compõe Nota?	Dependência	Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita	Interlocutor
30669	A Câmara Municipal realizou ou manteve, no ano de referência, parceria com instituições para capacitação de servidores e/ou vereadores?	A Câmara Municipal deve possuir registro formal que comprove parceria com instituição (escola de governo, universidade, órgão de controle, associação de câmaras, etc.) voltada à capacitação/formação continuada de servidores e/ou vereadores, no ano de referência.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
30670	Anexe documentos que evidenciem, no ano de referência, a realização de parceria com instituições para capacitação de servidores e/ou vereadores.	-	ANEXO	NÃO	(30669 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
30671	A Câmara Municipal elaborou e publicou, no ano de referência, relatório anual das atividades da Câmara?	– A Câmara Municipal deve possuir registro formal que comprove a elaboração do relatório anual das atividades da Câmara no ano de referência. – O relatório deve ter sido publicado oficialmente no período avaliado, em meio digital (site institucional, portal da transparência) ou físico, contendo informações sobre as atividades legislativas, administrativas e institucionais realizadas.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
30672	Anexe documento que evidencie, no ano de referência, a elaboração e publicação de relatório anual das atividades da Câmara.	-	ANEXO	NÃO	(30671 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
30673	No ano de referência, as ausências dos vereadores nas sessões foram justificadas e fundamentadas formalmente?	– A verificação deve considerar as sessões plenárias do período. – As justificativas devem estar formalmente registradas, observando o procedimento previsto pela Câmara. – As reuniões de comissões são avaliadas separadamente no Q02.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
30674	Anexe documentos que evidenciem, no ano de referência, que as ausências dos vereadores foram acompanhadas de justificativas apresentadas de forma oficial.	-	ANEXO	NÃO	(30673 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
30675	A Câmara Municipal possui procedimento estabelecido para análise da clareza e objetividade das proposições legislativas (observância da Lei Complementar n.º 95/1998, coerência com regimento e outras normas)?	– A Câmara Municipal deve possuir fluxos estabelecidos que permitam verificar que as proposições apresentadas pelos vereadores são elaboradas com clareza, objetividade e observância das normas. – As proposições devem estar redigidas de forma coerente com o Regimento Interno, a Lei Orgânica do Município e demais normas aplicáveis, apresentando estrutura adequada, linguagem objetiva e justificativa quando exigida.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal

Código	Item de Questionário	Requisitos de Atendimento	Opções de Resposta	Compõe Nota?	Dependência	Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita	Interlocutor
30676	Anexe documento que evidencie o procedimento adotado pela Câmara para análise da técnica legislativa e da conformidade das proposições com a Lei Complementar nº 95/1998, o Regimento Interno e demais normas aplicáveis.	-	ANEXO	NÃO	(30675 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
30677	O Regimento Interno ou ato normativo aplicável atribui à comissão de constituição e justiça competência para emitir parecer prévio sobre a constitucionalidade, legalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa das proposições?	– A norma deve atribuir expressamente à comissão a análise de, ao menos, constitucionalidade e legalidade das proposições. – Podem constar ainda juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa, inclusive a observância da Lei Complementar nº 95/1998, conforme o Regimento Interno.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
30678	Informe o(s) dispositivo(s) do Regimento Interno ou ato normativo que definem as competências da comissão.	– Sugestão de formatação: "Art. XX, § Xº, inciso X, do RI/Ato nº XX/XXXX".	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30677 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal
30679	A comissão de constituição e justiça analisou, no ano de referência, através de parecer, a compatibilidade de todas as proposições legislativas com a Lei Orgânica Municipal e com a legislação federal e estadual aplicável?	– Deve existir evidência de exame da compatibilidade da proposição com a Lei Orgânica Municipal. – Quando pertinente à matéria, deve existir análise de compatibilidade com a legislação federal e estadual aplicável. – A análise deve estar registrada no parecer da comissão ou em documento técnico que o tenha subsidiado. – Não é suficiente manifestação genérica de legalidade sem indicação das normas ou dos parâmetros jurídicos considerados.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
30680	A comissão de constituição e justiça analisou, no ano de referência, a técnica legislativa de todas as proposições legislativas, considerando os parâmetros da Lei Complementar nº 95/1998 e da regulamentação aplicável?	– Deve existir evidência de análise da estrutura, organização e redação normativa da proposição. – A análise pode abranger, conforme aplicável, ementa, objeto, articulação, clareza, precisão, ordem lógica, vigência, cláusula de revogação, alteração normativa e consolidação. – A verificação pode constar do parecer da comissão ou de manifestação técnica utilizada como fundamento para sua deliberação. – Não é necessário que todos os aspectos sejam examinados em cada proposição, mas devem ser considerados aqueles pertinentes ao caso analisado.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal

Código	Item de Questionário	Requisitos de Atendimento	Opções de Resposta	Compõe Nota?	Dependência	Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita	Interlocutor
30681	Todos os pareceres emitidos pela comissão de constituição e justiça no ano de referência foram disponibilizados para consulta juntamente com as respectivas proposições legislativas?	– Os pareceres devem estar acessíveis no sistema de tramitação legislativa, no site oficial ou em repositório institucional equivalente. – A disponibilização deve permitir relacionar cada parecer à proposição correspondente. – Devem ser identificáveis, no mínimo, a proposição analisada, a data, a conclusão e a autoria ou composição responsável pela manifestação. – Eventuais restrições de acesso devem estar fundamentadas em hipótese legal.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Presidente da Câmara Municipal
30682	Informe o link da página, do sistema legislativo ou do repositório oficial em que estejam disponíveis os pareceres da comissão vinculados às respectivas proposições.	– O link deve permitir acesso direto à proposição ou ao repositório oficial em que o parecer possa ser consultado. – Quando o sistema não permitir link direto, poderá ser anexada captura ou relatório do sistema que evidencie a disponibilização.	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30681 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Presidente da Câmara Municipal